



## **“Mas que tipo de proteção era essa?!” Os povos indígenas de Oiapoque e o Serviço de Proteção aos Índios**

CARINA SANTOS DE ALMEIDA\*

LEÔNIA RAMOS OLIVEIRA\*\*

LILIA RAMOS OLIVEIRA\*\*\*

Muito distinto dos tempos coloniais, de norte a sul do país, o século XX inaugurou novas práticas indigenistas do Estado brasileiro delegadas aos povos indígenas. Com a finalidade de problematizar a “assistência” e a “proteção tutelar” institucionalizadas pelo Serviço de Proteção aos Índios (SPI) no extremo norte do Brasil, este artigo aborda a presença da agência do SPI entre os povos indígenas de Oiapoque com a criação no início da década de 1940 de duas unidades locais, o Posto Indígena de Fronteira e Vigilância Luiz Horta e o Posto Indígena de Educação e Nacionalização Uaçá. Oiapoque trata-se de uma região de fronteira onde vivem e circulam povos diversos como Palikur-Arukwayene, Galibi (Marworno), Karipuna, Waiana, Wajãpi, Teko, falantes de distintas línguas, em constantes relações de reciprocidade entre si e com a cultura guianense-caribenha. Nessa condição, a presença do poder tutelar garantiria a “proteção” e “assistência” aos nativos, o almejado controle geopolítico transfronteiriço e a consequente “integração” destes ameríndios como contingentes sociais nacionalizados, uma vez que a região de Oiapoque faz parte de um litígio secular entre França e Portugal, posteriormente entre França e Brasil, encerrado em 1900 com arbitragem favorável aos brasileiros.

A história indígena regional consiste num campo de pesquisa pouco explorado pela historiografia, nesse percurso, este artigo desenvolvido a partir do relatório do projeto de pesquisa coordenado pela autora, “‘Proteção tutelar’, ‘assistência’ e ‘integração’ dos índios à sociedade nacional: estudo comparativo da atuação da agência indigenista do Serviço de

---

\* Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), doutora em História (PPGH-UFSC), docente no Curso de Licenciatura Intercultural Indígena (CLII), Campus Binacional Oiapoque.

\*\* Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), graduanda em Licenciatura Intercultural Indígena, Campus Binacional Oiapoque, bolsista PROBIC/UNIFAP e PIBIC/CNPq 2015-2016.

\*\*\* Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), graduanda em Licenciatura Intercultural Indígena, Campus Binacional Oiapoque, bolsista PIBIC/CNPq 2015-2017.

Proteção aos Índios (SPI) entre os povos indígenas do Brasil meridional e setentrional”, no curso de Licenciatura Intercultural Indígena (CLII), da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), Campus Binacional Oiapoque, visa problematizar algumas situações vivenciadas nos tempos do SPI pelos povos indígenas de Oiapoque, bem como apresentar a perspectiva indígena de “dentro” da história ao expor os significados da “proteção tutelar” para aqueles que possuem os vínculos de pertencimento. No decorrer do projeto, as coautoras do artigo, indígenas da etnia Karipuna, alunas da Intercultural Indígena e bolsistas de iniciação científica, envolveram-se na organização e análise dos documentos históricos do acervo do SPI referentes ao Oiapoque, Posto Luiz Horta e Uaçá, disponibilizados pelo Museu do Índio, Rio de Janeiro. Tanto Lilia quanto Leônia se depararam com situações históricas descritas nos documentos que reverberam nas memórias contadas pelos familiares e antigos da Aldeia Manga, da Terra Indígena Uaçá, o que possibilitou outras percepções e abordagens sobre a proteção tutelar entre os povos indígenas de Oiapoque.

### **Considerações sobre o indigenismo brasileiro no século XX**

Há significativos trabalhos publicados relacionados com a questão do “contestado franco-brasileiro” que envolveu Brasil e França num litígio até o ano de 1900, contudo, no âmbito da história indígena regional, existem poucos estudos. O fazer historiográfico geralmente foi desenvolvido por pesquisadores oriundos da Antropologia. Tais estudos antropológicos contribuem para a compreensão da diversidade ameríndia regional e trazem elementos para a discussão das alteridades nesta histórica fronteira do país, mas não permitem compreender com maior vivacidade os contextos e cenários da “proteção tutelar” nesta região. Os estudos não se debruçaram satisfatoriamente a escrever, a partir da análise histórica dos documentos, sobre a relação entre povos indígenas de Oiapoque e as práticas implementadas pelas agências indigenistas, evidenciando uma lacuna historiográfica acerca das situações contraditórias e formas próprias de resistências, relações estabelecidas com o pretenso “indigenismo” rondoniano-varguista e com o nascente nacional-desenvolvimentismo.

Quando visitamos as diversas aldeias indígenas e indagamos sobre a história e o “passado” é recorrente nas narrativas de muitos povos emergir a palavra “SPI”, geralmente são os mais velhos que expõe suas memórias sobre os “tempos do SPI” e revelam as formas de atuação promovidas pela agência entre o seu povo. São histórias e memórias que estão



envolvidas pelo sentimento de saudosismo próprio de quem recorda, mas também são memórias que manifestam, através de palavras ou do silêncio, as múltiplas violências físicas e simbólicas impostas pelos não-índios em nome da “proteção tutelar”. Em nossos estudos de história indígena regional no Curso de Licenciatura Intercultural Indígena (CLII), torna-se fundamental compreender as situações vivenciadas pelos povos indígenas de Oiapoque para podermos problematizar o “indigenismo” situado nesta fronteira. Apesar deste projeto ter se dedicado a leitura, organização e análise dos documentos, e não a “história oral”, as indígenas coautoras deste artigo trouxeram para suas análises históricas as memórias familiares e pessoais, delegando significados e atribuindo outras perspectivas sobre a proteção tutelar.<sup>1</sup>

Não consiste novidade no campo da história que as políticas indigenistas brasileiras promoveram a inserção duvidosa e forçada dos povos indígenas aos modelos de Estado. As novas estratégias de tratamento aos ameríndios introduzidas no século XX nas relações de contato e assistência tiveram no elemento “fraternal” significados muito distintos dos tempos anteriores. A “tutela” proposta por Marechal Cândido Rondon com a criação de uma agência específica, o Serviço de Proteção aos Índios (SPI) em 1910, tinha por finalidade prestar “proteção” e “assistência” aos “índios” por meio do contato, atendimento e instalação de postos nos sertões, confins da interlândia e das fronteiras brasileiras. Contudo, os rumos da proteção tutelar se transformam com o distanciamento de Rondon do SPI e com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder à medida que houve a adoção de novos modelos político-econômicos pautados no nascente nacional-desenvolvimentismo.

A atuação do “indigenismo” brasileiro em tempos de SPI apresentou semelhanças ao mesmo tempo em que se mostrou distinta nas regiões do país, seja em virtude da diversidade ameríndia, dos diferentes biomas e dos contextos regionais que impuseram formas próprias de intervenção.<sup>2</sup> Como exemplo destas diferenças de atuação, podemos citar os postos indígenas do sul do Brasil que se direcionaram, em grande parte, ao desmatamento (venda de madeira)

---

<sup>1</sup> O acesso ao acervo do SPI foi realizado por intermédio da linguista e professora Dra. Gelsama Mara Ferreira dos Santos, do curso de Licenciatura Intercultural Indígena, a quem agradecemos pelo acesso ao conjunto documental disponibilizado ao projeto.

<sup>2</sup> O “indigenismo” consiste num conjunto complexo de práticas macro-estruturais, é composto por distintos dispositivos de ações e tratamentos delegados historicamente aos povos indígenas no Brasil, e nesse sentido, conduziu e fixou os ameríndios em suas terras como forma de ocupar e manter o território nacional, o controle social e instituir a lógica da produção, produtividade e do extrativismo. O “indigenismo” orienta, conduz e norteia as políticas indigenistas e a legislação sobre os índios adotadas pelo Estado, bem como as agências ou órgãos responsáveis por conduzir as práticas aos ameríndios, nesse contexto, podemos citar como exemplos de agências indigenistas que atuaram ao longo do século XX o Serviço de Proteção aos Índios/SPI (1910 - 1967) e a Fundação Nacional do Índio/FUNAI (desde 1967), ambas compostas por suas unidades regionais e locais dispostas em suas micro instâncias de intervenção (ALMEIDA, 2015; FREIRE, 2011; GAGLIARDI, 1989; ROCHA, 2003).

para gerar espaço à produção e produtividade agrícolas, com a introdução da soja na década de 1950, enquanto os postos indígenas do norte tiveram dificuldades na consolidação logística e pautaram-se prioritariamente na “atração” e “assistência” de povos, na “nacionalização” da fronteira e no extrativismo vegetal, mineral ou animal, em alguns casos pontuais houve posteriormente o desmatamento para a introdução da produção agrícola.

### **1. A história “vista” de dentro: perspectivas Karipuna sobre a proteção tutelar**

A pesquisa em história tradicionalmente se dedica as análises documentais, mas não somente à medida que outras metodologias revelam possibilidades singulares de análise histórica, como a etnografia, a oralidade e a história oral. Esse projeto de pesquisa se dedica a história indígena regional a partir da análise dos documentos do SPI depositados no acervo do Museu do Índio/FUNAI, Rio de Janeiro. Contudo, uma contribuição importante e emergente no decorrer da pesquisa foi a perspectiva de análise apresentada pelas bolsistas de iniciação científica do projeto que pertencem ao povo Karipuna. Ambas, enquanto indígenas e acadêmicas do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena, trouxeram outros elementos para a compreensão da história regional, revelaram histórias de vida de seu povo que não estão registradas em nenhum documento, apresentando novas interpretações sobre a atuação da “proteção tutelar”.

As memórias sobre o SPI entre os povos indígenas de Oiapoque estão submersas num passado recente, boa parte da população das aldeias já ouviu falar neste órgão e, muitas vezes sem saber, sofre os efeitos decorrentes das práticas tutelares regionais implantadas, como a imposição da língua portuguesa na educação escolar que contribuiu para o esmaecimento da língua materna entre os Galibi-Marworno e, sobretudo, entre os Karipuna conforme destacam Leonia e Lilia. A narrativa das bolsistas indica que há muito a ser pesquisado entre os povos indígenas regionais, as sinuosidades da história afloram nas memórias das jovens pesquisadoras como também dos mais velhos com quem conversamos nas aldeias. Esse projeto acusa a necessidade de pesquisas em história com o desenvolvimento de variadas metodologias como a oralidade e a história oral, pois somente assim será possível apresentar a perspectiva da história a partir de outros ângulos de análise.

#### **1.1 Os múltiplos significados de estudar a minha história, por Leonia Ramos Oliveira**



Como indígena que sou, pesquisar e analisar os acontecimentos, a forma como o Serviço de Proteção aos Índios (SPI) atuou aqui no Oiapoque, é revoltante. Ao estudar, consegui entender quais foram objetivos do SPI, a agência procurou fazer do indígena um “trabalhador rural” que produz em quantidade, como também nacionalizar estes povos como cidadãos brasileiros, afinal, corria-se o risco da Guiana Francesa tomar conta desse território já que era bem mais próxima dos indígenas. A nacionalização foi necessária aos olhos dos governantes da época para que o território se consolidasse brasileiro, nesse sentido se explica o fato de proibirem os povos indígenas de falar a língua materna e impor o português.

No passado, que não é tão passado assim, nós indígenas vivemos situações originadas da atuação do SPI, por exemplo, as “formas de punição” que vigoram até hoje suponho que sejam práticas impostas pela agência e, inclusive, muitas vezes com “certa” concordância das comunidades. Muitas destas práticas, como o kubahí, foram incorporadas em nossas vidas e isso não significa que vamos deixar de existir ou deixar de ser indígenas, falo isso sobretudo em relação a etnia da qual faço parte, pois em nossa trajetória histórica nós Karipuna “adquirimos” a língua Kheoul. Devemos ficar atentos aos acontecimentos de hoje para que práticas externas e exógenas não venham se repetir e causar novas perdas culturais. Conhecer estas histórias, reavivar as memórias e lembranças do passado, nos prepara hoje para o futuro, antes usaram a escola para nos atingir, agora pretendemos fazer da escola um espaço de afirmação de nossa identidade ensinando e aprendendo sobre nossos povos.

A pesquisa ajuda a conhecer a história do meu povo, sobretudo para entender as formas como nós fomos envolvidos e como participamos nesse processo questionável de “submissão”. A proteção tutelar atingiu nossas vidas e causou perdas ao impor a “subordinação” ao SPI. Houveram muitas imposições culturais que atingiram o meu povo e também outros, fomos juntamente com os Galibi-Marwono influenciados no uso da língua crioula, o Kheoul, enquanto os Palikur mantiveram a língua própria deles. Isso mostra que fomos atingidos por diferentes ideias e ações, mas nem sempre fomos envolvidos da mesma forma na relação com os não indígenas. Nesse sentido, sabemos que as práticas tutelares ajudaram a desorganizar nossa vida política na aldeia e mudaram as formas de conduzir as comunidades. Nós, povos indígenas, temos fortes laços culturais e as ideias de “civilizar” e “nacionalizar” em certa medida nos enfraqueceram, mas culturalmente estamos nos reerguendo a partir de saberes que estão ainda nas lembranças e que há tempos não eram revelados, temos muita força de vontade e força espiritual.

Quando comecei a estudar sobre o SPI eu vi nessa pesquisa uma possibilidade de encontrar respostas para explicar as perdas culturais que sofremos, inclusive, para entender profundamente as causas e consequências de práticas marcantes na vida dos nossos indígenas. Mas quando analisamos e percebemos que nossas famílias indígenas poderiam não existir se um funcionário do posto não tivesse se envolvido com um ou uma indígena, nós nos encontramos divididos em meio aos fatos. Sentimos a necessidade de entender essas duas faces que, em algum momento, foram essenciais para a formação de algumas famílias aqui, assim, devemos encarar a realidade de ser parente de um funcionário do SPI. Isso foi confirmado durante os estudos comigo, muitas pessoas não sabem dessas informações, mas descobri que um dos funcionários do Posto Uaçá, o senhor Djalma Limeira Sfair, é irmão do meu avô materno chamado Luiz Bento. Nos relatos de meu avô ele dizia que Djalma convidou-o para vir ao Uaçá e ele não sabia onde ficava, Djalma teve filhos e netos indígenas e, quando observamos as práticas, vemos que esses envolvimento não eram banais.

Revolto-me quando analiso os documentos. No Relatório dos trabalhos executados de janeiro a setembro de 1944 no Posto Uaçá, feito pelo encarregado do posto Raimundo Fernandes de Paes Ramos, supervisionado por Eurico Fernandes,<sup>3</sup> o agente apresenta o valor da produção e logo abaixo diz que os índios que não produziam nada, viviam uma vida irregular, praticando furtos entre si e na maior miséria.<sup>4</sup> O que isso quer dizer?! Quer dizer que o indígena naquela época não produzia?! Produzia sim, produzia para consumo próprio, por ele ser simples e viver só com o que na época era suficiente significa ser miserável?! Não, se de fato estavam vivendo assim era por causa da influência dos não-índios que nesse tempo tiraram a liberdade que havia, mas isso não significou não ser mais indígenas, estamos aqui hoje para afirmar isso. Por muito tempo fomos tutelados pelo SPI, impelidos pela ideia de nacionalizar, proibidos de falar a nossa língua na escola, impedidos de praticar nossos rituais, mas agora somos incentivados e incentivadores em nossa aldeia de um movimento que fortaleça a cultura de nossas etnias.

## **1.2 Uma visão crítica sobre a história da proteção tutelar, por Lilia Ramos Oliveira**

---

<sup>3</sup> Microfilme 092, documentos 01839 – 1841, Museu do Índio/FUNAI, Rio de Janeiro.

<sup>4</sup> “Isto produzido por tribos que até três anos atrás, nada produziam, vivendo uma vida irregular praticando furtos entre si e na maior miséria.” (Microfilme 092, documentos 01840, Museu do Índio/FUNAI, Rio de Janeiro.)



Falar sobre a atuação do SPI é como voltar ao passado, voltar na história que ainda está viva na memória de muitos sábios antigos, de sábios indígenas. Sabemos que o SPI foi responsável pelas perdas culturais dos vários povos indígenas no Brasil. O modo de “civilizar” impunha muitas práticas maldosas contra os índios naquela época e de maneira submissa. Quando penso na palavra “proteção”, meu pensamento busca o sentido disso no passado do meu povo e das outras etnias. Não foram somente os Karipuna que passaram pelo “processo de integração”, mas todos os povos no Brasil. Sendo assim, percebo que não havia “proteção”, esta palavra existia somente no papel. Na prática nunca existiu. Sabemos que os nossos direitos como indígenas nunca foram respeitados e nem protegidos pelas sociedades envolvidas. Seria muito frustrante aceitar esse tipo de “proteção”, uma proteção que não protegia, mas assaltava, massacrava e punia muitas vezes os indígenas como se fossem “animais encurralados”. Essa pretensa proteção tirou dos indígenas sua liberdade, lhes deu como presente a escravidão e assaltou seus bens mais preciosos, como costumes, línguas, crenças, danças, rezas, assopros, cânticos, entre outros.

A importância de eu estar estudando sobre a prática do SPI consiste em saber em que medida meu povo sofreu, saber por quê hoje eu, como indígena da etnia Karipuna, não falo minha língua materna fluentemente. Hoje entendo o quanto foi forte a repressão sobre os indígenas, como no caso da língua materna. É dolorido pra mim, como indígena, falar sobre esses fatos, porque embora não se queira narrar, é a sua história, é o passado do seu povo, como se fosse conhecer o passado obscuro do meu povo. Minhas raízes foram plantadas nesse passado doloroso, onde muitos foram mortos, muitas mulheres violentadas brutalmente, levadas, arrastadas para o meio da mata onde eram cometidos os abusos, inclusive, muitas delas engravidaram ou foram contaminadas por doenças contagiosas.

Diante de toda essa situação, faço-me uma indagação: que tipo de proteção era essa que feria profundamente a integridade física e psicológica dos nossos indígenas mediante todos esses acontecimentos? A Constituição Federal de 1988 reconhece ao índio os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, hoje, posso observar o quanto crescemos ao conquistar nossa autonomia, quando realizamos as nossas grandes assembleias, quando lutamos pelos nossos direitos que no passado foram tirados pelo órgão do SPI. Sendo assim venho finalizar minhas palavras dizendo que hoje nós povos indígenas de Oiapoque somos autônomos para decidir o que queremos.

## **2. A proteção tutelar entre os povos indígenas de Oiapoque**

Os povos indígenas de Oiapoque experienciaram no decorrer do século XX a inserção e a afirmação do indigenismo rondoniano-varguista em suas terras. Os documentos do Serviço de Proteção aos Índios (SPI) e do Conselho Nacional de Proteção aos Índios (CNPI) acusam que o SPI já circulava pela região de Oiapoque desde 1931 e que, na década de 1940, havia uma “Ajudância de Oiapoque” de responsabilidade de Eurico de Melo Cardoso Fernandes, Inspetor XIX e agente da 2ª Inspeção Regional do SPI, com sede em Belém, quem atuava nas cercanias de Oiapoque.

Nos anos 1940 o SPI instalou dois postos indígenas, chamados de unidades locais, com o intuito de fortalecer os vínculos brasileiros numa região que até o limiar do século XX sequer poderia ser chamada de Brasil em virtude dos processos históricos oriundos do “contestado franco-brasileiro”. De forma sucinta, devemos considerar que a região do rio Oiapoque faz parte de um largo território historicamente conhecido como “Guiana” ou “Guianas”, situado entre o delta do rio Orenoco localizado na Venezuela até o divisor de águas entre o rio Araguari e o rio Amazonas em sua margem esquerda. Assim, essa “Guiana brasileira”, da qual a região de Oiapoque faz parte, apresenta vínculos singulares ancorados numa diversidade histórico-cultural, como a *creóle* e caribenha, a indígena, cabocla e amazônica (ROMANI, 2010a).

Sem a pretensão de discutir a questão do contestado franco-brasileiro, podemos dizer que este episódio histórico se refere ao impasse de dominação territorial e política entre França e Brasil sobre a denominada “Guiana brasileira”, por sinal, tem suas origens numa disputa histórica entre franceses e portugueses assumida pelos brasileiros frente aos estranhamentos geopolíticos. Em 1900 se encerrou esse impasse regional com o arbitramento decisivo e favorável da Suíça ao Brasil, que passa desde então a ter plenos poderes sobre as terras situadas à margem direita do rio Oiapoque (RIO BRANCO, 2008).

Dentre os objetivos principais do SPI na região de Oiapoque destacamos o atendimento aos “índios” que habitavam as proximidades e adjacências do rio Oiapoque, atraindo e fixando-os no lado brasileiro, a promoção da “proteção tutelar”, “assistência” e o estabelecimento da “nacionalização” da população ameríndia local e, como consequência, a garantia e segurança da fronteira nacional. O Estado brasileiro e o SPI decidem intervir entre os indígenas regionais sobretudo após os relatos da década de 1920 produzidos pelo etnólogo Curt Nimuendajú e pela Comissão Rondon. Em viagem de campo em 1925, Nimuendajú afirmou que a população ameríndia Palikur que vivia nessa região estava “[...] em parte miscigenada e creolizada”, mas



que “ainda conservava em essência a sua velha cultura”, e que havia além da população indígena do Uaçá, outra que era composta por “brasileiros indianizados do rio Curipi”, que não falava português e, sim, uma língua crioula local. O Estado e o SPI tinham consciência da importância de garantir a “brasilidade” destes povos bem como promover a segurança da “fronteira nacional” (NIMUENDAJÚ, 2001 [1927], p. 194).

O SPI foi a agência governamental brasileira responsável não somente pela “pretensiosa” proteção tutelar, mas também por “tentar” esclarecer as distinções étnicas, nomear os povos e suas famílias linguísticas ou mesmo atribuir os parentescos étnicos e associações entre grupos. Os agentes do SPI, em grande parte oriundos do exército brasileiro ou da experiência no “desbravamento” dos sertões, deviam promover a atração, assistência e proteção de forma fraternal, conforme as orientações de Rondon, e realizar descrições e observações de cunho etnográficas capazes de contribuir para que a agência conhecesse a diversidade de “tribos” espalhadas pela interlândia brasileira e, nesse sentido, o SPI pudesse intervir da melhor maneira.

O SPI instalou duas unidades locais em Oiapoque, o Posto Indígena de Fronteira e Vigilância Luiz Horta, em 1941, e o Posto Indígena de Educação e Nacionalização Uaçá, em 1942. O PI Luiz Horta instalado na confluência do rio Muripi ou Marupi com o rio Oiapoque, portanto, no alto curso do rio Oiapoque, atendia aos povos Emerenhon ou Emerenhões, que hoje vivem apenas na Guiana Francesa e são reconhecidos como Teko, aos Urukuaínos ou Waianos, possivelmente uma corruptela escrita do povo Waiana, e esporadicamente aos Oiampi, mais conhecidos como Wajãpi. Enquanto o PI Uaçá foi instalado na confluência do rio Curipi com o rio Uaçá, bacia hidrográfica que integra o baixo rio Oiapoque, num local conhecido como Encruzo e que atendia aos povos Galiby, discernidos atualmente como Marworno, aos Palikur-Iêne, nominados de Palikur-Arukwayene e aos Caripuna ou Karipuna.

A diversidade étnica regional em Oiapoque certamente foi um componente de difícil compreensão por parte do governo brasileiro e pela agência do SPI, causando confusões e reducionismos. O encarregado de fundar o Posto Indígena Luiz Horta, Elesbão Pitágoras de Freitas, em sua visita ao rio Uaçá e seus rios afluentes em 1941, informa na carta direcionada ao chefe da 2ª Inspetoria Regional do SPI em Belém (IR2/SPI), José Maria da Gama Malcher, que “No Curipi não existe mais aldeia propriamente dito, e os índios ali residentes são apenas descendentes dos Jurunas antigamente ali aldeados, vivendo cada qual em sua barraca, espalhados pelas margens do Curipi [...]”. Em sua narrativa, o agente demonstra que está

permeado pelas ideias que cercavam grande parte do imaginário brasileiro da época, a de que existem índios “puros” e índios “mestiços”.<sup>5</sup>

Os mencionados índios “Jurunas” pelo agente do SPI em nada tem a ver com uma etnicidade específica, por sinal, tais “índios” do Curipi fazem referência ao povo autorreconhecido como Caripuna ou Karipuna, descritos pela antropóloga Antonella Tassinari como “índios misturados” em face do “[...] padrão de alianças que valoriza aquelas estabelecidas com indivíduos ou famílias estrangeiras, inseridas na rede de parentesco através de casamentos ou de participação em redes de troca e cooperação mútua.” (TASSINARI, 2012: p.258). Portanto, o que para os agentes da proteção tutelar significa o distanciar-se de ser índio “puro”, para a antropóloga consiste em elemento de reciprocidade e parentesco do povo, os Karipuna positivam a noção de “mistura”, pois o contrário disso seria o isolamento e o “viver como bicho do mato”.

As expressões escritas nos documentos do SPI, mas não somente, como “tribu”, “puro”, “mestiço”, “civilizado”, “atrasado”, entre outras, fazem parte de contextos de desconhecimento acerca da diversidade ameríndia na história do Brasil. Na análise aqui problematizada, tais noções se apresentam constantemente em cartas, memorandos e relatórios dos agentes, chefes e encarregados da proteção tutelar pesquisados nos documentos, como no Relatório de Viagem do 1º Tenente Médico do Exército, da 1ª Cia do 3º Batalhão de Fronteira, Vila Militar de Clevelandia do Norte, Território do Amapá, em que o Dr. José Serur, julho de 1957, ao visitar a Vila do Urucauá, situada no rio *Urukawa*, caracteriza o povo Palikur-Arukwayene como sendo na época os “índios mais atrasados da região”.<sup>6</sup>

Dentro desse pensamento questionável nos tempos atuais, haveria na região de Oiapoque “índios mais civilizados”, como os índios do rio Uaçá e do Curipi. Este mesmo Relatório ressalta um componente que desde a chegada do SPI na região de Oiapoque, mas também de Getúlio Vargas ao poder, passou a ser elemento de ação da proteção tutelar entre os povos indígenas de norte a sul no país, a implementação da educação escolar, ou, a construção

<sup>5</sup> “[...] me foi apresentado o índio João antigo chefe dos Jurunas, sogro do Sr. Arcenio e um dos raros índios ainda puros do Curipi. Esse índio exerce a profissão de curador ou pagé e a sua fama neste mister atrai à sua barraca muita gente. Aí vimos duas crioulas vindas da Guiana Franceza para submeterem a tratamento de saúde.” (Carta 04/11/1941, Microfilme 096, documento 01310, Museu do Índio/MI/FUNAI, Rio de Janeiro).

<sup>6</sup> “[...] não tivemos muito o que ver. São índios atrasados, aliás, os mais atrasados da região. Entretanto podemos dizer o seguinte, os índios dessa Vila imploram a construção de uma Escola, o que até agora não foi possível ao Sr. Djalma realizar o sonho dos mesmos devido a falta de verba.” (Relatório de Viagem, julho de 1957, Microfilme 379, documento 328, Museu do Índio/MI/FUNAI, Rio de Janeiro).



de escolas entre os “índios” como forma de promover a “civilização” e “nacionalização”. A atuação da escola ocorreu no Posto Uaçá como também no Posto Luiz Horta, conforme é possível acompanhar nos documentos do SPI. Embora presente no Posto Luiz Horta, o número de estudantes na escola nunca foi expressiva, uma vez que a própria densidade ameríndia atendida pela agência neste Posto nunca chegou a ultrapassar mais de trinta ou quarenta Emerenhon ou Waiano. No Posto Uaçá a escola surgiu da ação promovida na década de 1930 pelo interventor do Pará no Amapá, Cel. Magalhães Barata, com a criação de duas unidades, uma na Aldeia Santa Maria dos Galiby entre o povo do rio Uaçá, e outra na Aldeia Espírito Santo para atender ao povo do Curipi. A “recepção das escolas” entre os povos do Uaçá não foi homogênea e, inclusive estas escolas contribuíram para promover um reordenamento das aldeias indígenas do Uaçá, conforme explica Tassinari (2001a). Dessa forma, uma das estratégias de atuação entre os povos indígenas do Oiapoque foi promover paulatinamente o fortalecimento da escola entre os “índios”.

O cartograma da IR2 de 1945 (Figura 1) apresenta a localização dos povos indígenas regionais, nominados como “tribos” neste documento, com destaque para o Amapá. A figura mostra a “situação atual” de cada “tribo”, segundo a categorização do SPI, assim, indica regionalmente como “pacificados” os Palikur, anteriormente chamados de “atrasados”, os Galiby, os Caripuna, os Emerillon e os Urucuianos, sendo que os Oiampy são apontados como “arredios”. Contudo, chama atenção nesta figura o ponto de interrogação que aparece ao lado da “tribo” Caripuna, indicando que se refere a um grupo “não identificado pelo SPI” ou “mescados”, adjetivo último que combina com a palavra “mestiço” que aparece noutros documentos da agência e inclusive esta relacionado com as atribuições endógenas dos Karipuna conforme aponta Tassinari (2003).

Figura 1: Localização e situação dos povos indígenas do Amapá, Recorte do Cartograma da 2ª Inspeção Regional do SPI, ano de 1945



Fonte: FREIRE, 2011: p.151.

A atuação da proteção tutelar do SPI se constituía, na prática, pela instalação de uma unidade local ou mais direcionada a atender suas funções e objetivos essenciais de criação e categoria. Dentre as categorias de postos, podemos destacar: a) Posto Indígena de Atração (PIA); b) Posto Indígena de Fronteira e Vigilância (PIF); c) Posto Indígena de Criação (PIC); d) Posto Indígena de Alfabetização e Tratamento (PIT); e) Posto Indígena de Assistência, Nacionalização e Educação (PIN). O Posto Indígena Luiz Horta trata-se de uma unidade de fronteira e vigilância, essencialmente, enquanto que o Posto Uaçá se caracteriza por atender a assistência, a nacionalização e a educação. Contudo, ambos os postos de Oiapoque deveriam promover a “proteção tutelar” sob os auspícios da bandeira brasileira.

#### a. O “indigenismo” no Oiapoque: o Posto Indígena Luiz Horta (PIF) e o Posto Indígena Uaçá (PIN)

Em setembro de 1941 a Ajudância de Oiapoque designa o encarregado do SPI, Elesbão Pitágoras de Freitas, para circular entre os povos indígenas regionais, no rio Uaçá e seus afluentes. Apoiado pela ajudante Maia, ambos seguem caminho em direção ao alto curso do rio Oiapoque para determinar “o local para a sede definitiva do posto” Luiz Horta “onde já está



sendo feito a derrubada da mata”.<sup>7</sup> O Posto Luiz Horta funcionava desde o início de 1941 sem sede definitiva e ao longo de sua breve trajetória não chegou a se consolidar como outros postos de fronteira no Brasil.

Desde 1930 a intervenção do SPI entre os povos indígenas do Oiapoque era exercida por Eurico Fernandes, que atuava na ajudância, dando suporte para a implementação das práticas de proteção tutelar nos Postos. Eurico era responsável por coordenar as ações locais e prestar esclarecimentos à IR2, que por sua vez prestava explicações à diretoria do SPI, assim, permaneceu provavelmente até 1944 ou 1945 em Oiapoque quando foi transferido para Belém para atuar diretamente na IR2.

No segundo semestre de 1942 foi criado o Posto Indígena Uaçá, na confluência do rio Curipi com o rio Uaçá, um local intermediário capaz de atender aos três povos: Galibi, Palikur e Karipuna. A estrutura no Encruzo inicial era modesta, “uma casa de emergência, de juçara e coberta de palha, sem dispêndio para o Serviço, em local inapropriado, porém o único que satisfaz essa assistência [...]”.<sup>8</sup> Com o passar dos anos, este Posto construiu uma estrutura capaz de atrair e envolver as comunidades, sendo instalada uma serraria, uma olaria, um depósito, um porto de embarque e desembarque, entre outros. As escolas atendiam ao povo do rio Curipi, Aldeia Espírito Santo, que a partir de 1948 passou à Aldeia de Santa Izabel, e ao povo do rio Uaçá, na Vila Santa Maria dos Galiby, conhecida atualmente como *Cumaruman* ou *Kumarumã*. No Kumarumã foi introduzida práticas agrícolas no ensino da escola e, em seguida, o SPI criou uma “fazenda” de criação de animais, sobretudo de gado vacum.

As estruturas implantadas nos postos do Uaçá e Luiz Horta serviram como elemento de “atração” ao mesmo tempo que “assistência” aos povos (Figura 2). No Brasil, os postos indígenas passaram a atender com uma estrutura mínima capaz de envolver os ameríndios. No Luiz Horta os “índios” foram atraídos pela disponibilidade de alimentos e utensílios cotidianos, receberam a escola, mas esse Posto sofreu a concorrência sedutora dos franceses, que do outro lado do rio Oiapoque, na localidade próxima conhecida como Camopi, conseguiram envolver os Emerenhon ou Teko, bem como os Oiampi ou Wajãpi e Waiano ou Waiana.

Figura 2: Localização e estrutura dos Postos Indígenas Luiz Horta e Uaçá, Recorte do Cartograma da 2ª Inspeção Regional do SPI, ano de 1945

<sup>7</sup> Carta 04/11/1941, Microfilme 096, documento 01311, Museu do Índio/MI/FUNAI, Rio de Janeiro.

<sup>8</sup> Relatório do Posto Indígena Uaçá, realizado pelo agente do PIN, Raymundo F. de P. Ramos, 10 de janeiro de 1945, Microfilme 096, documento 02020, Museu do Índio/MI/FUNAI, Rio de Janeiro.



Fonte: FREIRE, 2011, p.152.

Uma questão emergente nos documentos do SPI se refere a dificuldade do Posto Luiz Horta em concorrer com a assistência prestada pelos franceses. Por sinal, este sequer conseguiu se consolidar no decorrer de quase duas décadas de existência, assim, no ano de 1957 o diretor do SPI, o Coronel Luiz Guedes, solicita intervenção do Exército para promover a “recuperação” do Posto por meio de policiamento e assistência. O Comandante Militar da Amazônia e 8ª Região Militar, José Manuel Ferreira Coelho, responde no início do ano de 1958 afirmando que o comandante do 1º e 3º Batalhão já havia oferecido auxílio, contudo, “não foi prestado com maior eficiência em virtude do sacrifício que ocasionava aos motores de popa utilizados nas ligações com o referido Posto”. No mesmo documento informa que caso seja “efetivada a reorganização daquele Posto em Clevelândia e venha o mesmo a produzir, estará a 1/3º Btl Fron em condições de policiá-lo e assisti-lo convenientemente”.<sup>9</sup>

No decorrer da década de 1950 as queixas dos chefes do Posto Luiz Horta são recorrentes, o Posto sofria desde a década anterior com epidemias cíclicas de gripe e malária, assim, em 1952 o encarregado Emiliano Ribeiro Serrão informa a Ajudância de Oiapoque e a IR2 que, “Os índios deste Posto, passaram para o lado francez, devido a grande atração por parte do governo de ‘Caena’ Guiana Franceza onde estão recebendo grande quantidade de

<sup>9</sup> Microfilme 0132, documento 00605 e 00606, 14 de setembro de 1957 e janeiro de 1958, Museu do Índio/MI/FUNAI, Rio de Janeiro.



material, assistência médica e gêneros alimentícios.”<sup>10</sup> Os diversos agentes explicam em seus balanços mensais das ações do posto que os “índios” não passam para o lado brasileiro “porque daqui não são ajudados como são do lado francez, motivo porque continuam do lado francez”.<sup>11</sup>

Mas o embaraço para a continuidade do Posto Luiz Horta não estava assentado apenas no desejo dos “índios” em fixarem-se no lado brasileiro, em carta manuscrita ao chefe da IR2, Expedito Coelho Arnaud, o chefe do Posto Luiz Horta se queixa sobre o alto custo de viver no posto em virtude do pequeno ordenado e solicita sua transferência para o posto Uaçá, explica que:

“[...] e sobre minha situação, eu não quero ficar no Posto Luiz Horta, é por eu ter o meu ordenado muito pouco, e não dá para viver lá em cima; prefiro que me deixe ficar aqui no Uaçá, aqui no Uaçá eu tenho facilidades com esse ordenado, porque aqui a noite eu posso mariscar, pegar o peixe, para não comprar no dia seguinte; a farinha aqui é mais barata, enfim, tudo aqui é melhor para viver com esse ordenado; ao passo que, no alto Oiapoque, eu tenho que comprar uma kilo de carne, custa-me o valor de uma grama de ouro, que representa 35,00, um kilo de peixe a mesma coisa, veja que fazendo as contas, comprando um kilo por dia, ? a mais de mil cruzeiros, ? não posso viver somente com isso, tenho que comprar roupa para mim, para minha família, e medicamentos, caso possa deixar-me ficar aqui, agradeço-lhe bastante, e peço-lhe desculpas por ter lhe roubado seu precioso tempo, para atender que nestas mal escritas linhas.”<sup>12</sup>

A “permanência” dos encarregados do Posto parece ser outro elemento que dificultou a continuidade da proteção tutelar no alto curso do rio Oiapoque. Essa região historicamente tem a ação em suas florestas de garimpos em ambos os lados da fronteira. Oiapoque consiste numa região que, em boa parte do ano, se mantinha isolada das outras regiões brasileiras em virtude das chuvas, sendo que os únicos meios de locomoção são o transporte fluvial, marítimo e o aéreo. A dificuldade logística de alcançar o alto curso do rio Oiapoque, que em períodos de chuvas muitas vezes impede a passagem ao Posto, certa “vocaçãõ” regional para atrair aventureiros em busca do “eldorado” e o alto custo econômico para viver no Luiz Horta não atraiu muitos agentes idealistas do SPI. O agente informa inclusive que quando não podia pescar e necessitava de “comprar” carne, o valor de um quilo (1 Kg) chegava a se comparar a uma grama (1 g) de ouro. De forma simplista e sem considerar a economia da época, seria a mesma coisa que um quilo (1 Kg) de carne custar aproximadamente cem reais (R\$ 100).

Para o final de década de 1950 quase não se encontram informações sobre o Luiz Horta. É possível que o posto tenha sido extinto entre 1957 e 1960, pois vinha sofrendo há anos com o descrédito e desconfiança dos indígenas. Periodicamente haviam surtos de gripe e malária,

<sup>10</sup> Microfilme 117, data de 31 de janeiro do de 1952, Museu do Índio/MI/FUNAI, Rio de Janeiro.

<sup>11</sup> Microfilme 117, documento 00119, de 31 de março de 1952, Museu do Índio/MI/FUNAI, Rio de Janeiro.

<sup>12</sup> Microfilme 0149, documento 00441, de 05 de outubro de 1953, Museu do Índio/MI/FUNAI, Rio de Janeiro.

afastando a presença dos povos, ademais, a “atração” dos franceses foi mais efetiva ao ponto inclusive de não termos mais em terras brasileiras a presença do povo Emerenhon ou Teko. O posto Uaçá permaneceu ativo na região até os tempos de FUNAI e mostrou-se mais efetivo na assistência, seja pela facilidade de acesso se comparado ao Luiz Horta, seja pela proximidade com a vila de Oiapoque.

As discussões aqui apresentadas procuraram fazer alguns apontamentos sobre a atuação da proteção tutelar entre os povos indígenas de Oiapoque. Dessa forma, não se encerram nas breves análises deste artigo e necessitam que continuemos a promover estudos “sobre” e “com” os povos indígenas da região. Na história, sabemos que os documentos muitas vezes “falam”, mas nas pesquisas com povos indígenas, temos clareza que, quando adequadamente abordados, as narrativas ameríndias rompem o silêncio e são capazes de revelar histórias e memórias que nenhum documento institucional consegue transpor.

### Referências

- ALMEIDA, Carina Santos de. **Tempo, memória e narrativa Kaingang no oeste catarinense: A tradição Kaingang e a proteção tutelar no contexto da transformação da paisagem na Terra Indígena Xapecó**. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina (PPGH/UFSC). Florianópolis, 2015.
- FREIRE, Carlos A. da R. (Org.). **Memória do SPI**. Textos, imagens e documentos sobre o Serviço de Proteção aos Índios (1910 – 1967). Rio de Janeiro: Museu do Índio – FUNAI, 2011.
- GAGLIARDI, José Mauro. **O indígena e a República**. São Paulo: Hucitec, 1989.
- NIMUENDAJÚ, Curt. Excursões pela Amazônia, 1927. **Revista de Antropologia**, São Paulo, USP, 2001, v. 44, n. 1., pp. 189 – 200.
- RIO BRANCO, Barão do. **Questões de limites**: Guiana Francesa. Brasília: Ed. Senado Federal, 2008.
- ROCHA, Leandro Mendes. **A política indigenista no Brasil: 1930 – 1967**. Goiânia: Ed. UFG, 2003.
- ROMANI, C. A história entre o oficial e o lendário: interações culturais no Oiapoque. **Revista Antíteses**, v.3, n.5, 2010.
- TASSINARI, Antonella I. M.. **Da civilização à tradição**: os projetos de escola entre os índios do Uaçá. In: SILVA, Aracy I. da; FERREIRA, Mariana (Org.). *Antropologia, história e educação: a questão indígena e a escola*. São Paulo: Global, 2001a. p.157 – 195.
- \_\_\_\_; COHN, Clarice. **Escolarização indígena entre os Karipuna e Mebengokré-Xikrin: uma abertura para o outro**. In: TASSINARI, A. M. I.; GRANDO, B. S.; ALBUQUERQUE, M. A. dos S.. (Org.). *Educação Indígena: reflexões sobre noções nativas de infância, aprendizagem e escolarização*. Florianópolis: Ed. UFSC, 2012. p.247 – 274.
- \_\_\_\_. **No bom da festa**. O processo de construção Cultural das Famílias Karipuna do Amapá. São Paulo: EDUSP, 2003.

